



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000661-57.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Imaruá

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 12/2015-CGJ

Período da correição: 25-5-2015 a 24-7-2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Imaruí

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Imaruí

Juiz titular: Maria de Lourdes Simas Porto

Chefe de cartório: Maria Luísa Martinelli da Nova

Última correição por equipe da CGJ/SC: (25-6-2012) (0011186-06.2012.8.24.0600)

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial

Data da instalação/lei de criação: 2-7-1967/Lei 3.787 de 29-12-65



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		1.749
1.1.2	Processos em andamento	1.470	
1.1.3	Procedimentos em andamento	279	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		368
	Cível – Genérico – Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	89	
1.1.4.2	Ag. Audiência	4	
1.1.4.3	Ag. Encerramento do Ato	3	
1.1.4.4	Ag. Prazo	46	
1.1.4.5	Com Classe Alterada	2	
1.1.4.6	Cumprir Audiência	1	
1.1.4.7	Recebido Contadoria	5	
	Criminal – Genérico – Processo		
1.1.4.8	Ag. Análise do Cartório	23	
1.1.4.9	Ag. Digitalização	1	
1.1.4.10	Ag. Prazo	10	
1.1.4.11	Remetidos à Delegacia de Polícia	7	
	Execução Fiscal – Processos		
1.1.4.12	Ag. Análise do Cartório	47	
1.1.4.13	Ag. Encerramento do Ato	5	
1.1.4.14	Ag. Prazo	80	
	Execução Penal – Processo		
1.1.4.15	Ag. Análise do Cartório	4	
1.1.4.16	Ag. Prazo	1	
	Família – Processo		
1.1.4.17	Ag. Análise do Cartório	9	
1.1.4.18	Ag. Designar Audiência	1	
1.1.4.19	Ag. Prazo	14	
1.1.4.20	Cumprir – Urgente	1	
1.1.4.21	Recebido do Juiz - Sentença	2	
	Juizado Especial Cível – Processo		
1.1.4.22	Ag. Encerramento do Ato	5	
1.1.4.23	Ag. Prazo	1	
1.1.4.24	Ag. Audiência	1	
1.1.4.25	Ag. Encerramento do Ato	4	
1.1.4.26	Ag. Prazo	2	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Ministério Público	83	3
1.1.5.2	Serviço Social	3	0
1.1.6	Observações		

a) Informações obtidas em 26-8-2015.
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em novembro de 2013.



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		3.260
1.2.2	Processos em andamento	2.941	
1.2.3	Procedimentos em andamento	319	
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	21	
1.2.5	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015 (mês atual).			

PROCESSOS EM CARGA

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		265
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Contadoria	9	1
1.2.9	Juiz (Maria de Lourdes Simas Porto e Rui César Lopes Peiter)	109	0
1.2.10	Ministério Público	9	2
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.12	Advogado	108	0
1.2.14	Delegacia de Polícia	6	2
1.2.18	Procuradorias	24	0
1.2.19	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015.			

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.20	Janeiro a dezembro de 2013	1.450	121
1.2.21	Janeiro a dezembro de 2014	1.503	125
1.2.22	Janeiro a julho de 2015	859	123
1.2.23	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	19	0
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		1	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		4	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		4	2
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		22	1
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		8	3
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		31	16
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	87	81
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	17	17
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 19-5-2015. b) Segunda verificação em 26-8-2015 c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.10 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
Atendimento					
1.3.10.1	Cartório - recebido do advogado	77	0	36	17
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.3.10.2	Cartório - aguardando	306	7	157	52
1.3.10.3	Cartório - aguardando AR	11	0	19	2
1.3.10.4	Cartório - aguardando carta precatória	79	15	94	72
1.3.10.5	Cartório - aguardando confecção de relação	219	25	161	1
1.3.10.6	Cartório - aguardando mandado	30	4	29	11
1.3.10.7	Cartório - aguardando publicação de relação	19	9	27	2
1.3.10.8	Cartório - arquivar	7	0	6	0
1.3.10.9	Cartório - escaninho da delegacia	4	0	1	0
1.3.10.10	Cartório - escaninho do advogado	0	0	0	0
1.3.10.11	Cartório - escaninho do juiz	119	0	122	5
1.3.10.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	11	0	28	16
1.3.10.13	Cartório - escaninho do promotor	12	0	2	0
1.3.10.14	Cartório - prazo 1 a 31	206	23	319	117
Expedição/cumprimento					
1.3.10.15	Cartório - cumprir despacho	185	10	170	76
1.3.10.16	Cartório - cumprir despacho urgente	4	0	10	2
1.3.10.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.10.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.10.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.10.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.10.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.10.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
Organização/juntada					
1.3.10.23	Cartório - aguardando juntada	1	1	0	0
1.3.10.24	Cartório - aguardando petição	3	0	2	0
1.3.10.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.10.26	Observações				
a) Primeira verificação em 19-5-2015.					
b) Segunda verificação em 26-8-2015.					
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".					



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	30	3
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		290	0
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		63	0
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		203	12
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		1	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	17	20



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 139

1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-4-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	916	251
	Petição intermediária		177	34
	Peticionamento eletrônico		17	0
	Mandados		7	0
	AR		5	1
	Execução de sentença		1	0
	Incidente processual		0	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		159	2
	Pauta de audiências		25	1
	Carga		24	14
	Cartas recebidas		24	0
	Processo		37	0
	Recurso		0	0
	Usuário		440	199
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		175	1
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		9	7
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		19	10
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 19-5-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 175 processos, 1 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 174 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 27-8-2015. b.1) Item 1.4.9: o processo encontrado apresenta registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ – ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	93	76
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		0	58
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		2	1
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		2	2
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		43	2
1.5.6	Observações			
a) Primeira verificação em 20-5-2015. a.1) Item 1.5.2: até a edição da nova fórmula de cálculo, a consulta não abrange os processos distribuídos no ano de 2011. Embora a meta estabelecida pelo CNJ esteja cumprida, há ainda 45 processos pendentes de julgamento para que sejam atingidos 100% dos processos distribuídos até 31-12-2010. a.2) Itens 1.5.3 e 1.5.4: os números referem-se a processos pendentes de julgamento no final de abril de 2015. a.3) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. b) Segunda verificação em 26-8-2015. b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de julho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b.3) Item 1.5.5: O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Corretamente alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 20-5-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 9-2-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 71 registros de processos e 179 registros de bens no sistema. Em consulta por amostragem ao sistema SAJ, verificou-se 20 processos, destes, 14 foram cadastrados no SNBA (0001104-43.2013.8.24.0029, 0001102-73.2013.8.24.0029, 0000611-37.2011.8.24.0029, 0000440-12.2013.8.24.0029, 0000344-07.2007.8.24.0029, 0000314-59.2013.8.24.0029, 0000066-30.2012.8.24.0029, 0010114-87.2008.8.24.0029, 0001176-30.2013.8.24.0029, 0001259-46.2013.8.24.0029, 0000284-58.2012.8.24.0029) e 6 não foram cadastrados no SNBA (0000737-19.2013.8.24.0029, 0000547-22.2014.8.24.0029, 0000409-55.2014.8.24.0029, 0001311-76.2012.8.24.0029, 0000099-49.2014.8.24.0029, 0000341-52.2007.8.24.0029).</p> <p>a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 26-8-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 13-8-2015</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 80 registros de processos e 211 registros de bens no sistema. Em consulta por amostragem ao sistema SAJ,</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 142

verificou-se 20 processos, destes, 17 foram cadastrados no SNBA (0000737-19.2013.8.24.0029, 0000547-22.2014.8.24.0029, 0000409-55.2014.8.24.0029, 0000066-30.2012.8.24.0029, [REDACTED], 0000314-59.2013.8.24.0029, 0000344-07.2007.8.24.0029, [REDACTED], 0000440-12.2013.8.24.0029, [REDACTED], 0000564-92.2013.8.24.0029, 0000611-37.2011.8.24.0029, 0000737-19.2013.8.24.0029, 0001102-73.2013.8.24.0029, 0001104-43.2013.8.24.0029, [REDACTED], 0000284-58.2012.8.24.0029) e 3 não foram cadastrados no SNBA (0000099-49.2014.8.24.0029, 0000341-52.2007.8.24.0029, [REDACTED]).

a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações			
	a) Primeira verificação em 20-5-2015. b) Segunda verificação em 26-8-2015. c) Não existem programas institucionais de acolhimento e/ou programas de acolhimento familiar cadastrados no sistema.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

André Pacheco
Analista Jurídico - M20683